Fórum Municipal de Educação
FMESP
Cidade de São Paulo

ATA da Reunião Ordinária do Fórum Municipal de Educação da Cidade de São Paulo de 03/02/2026

Aos três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, deu-se início a reunião ordinária do Fórum Municipal de Educação da Cidade de São Paulo, às dezoito horas e trinta minutos, regimentalmente, em segunda chamada, sendo coordenada por Maciel Nascimento, representando Débora Greice, Coordenadora do FMESP, com justificativa de atraso devido ao trânsito. Neste momento pede a Maria Vilani que se sente a mesa para colaborar com a coordenação. Deseja bom ano novo por ser a primeira reunião do ano, e agradece a presença do secretário Samuel Ralize, e pede para quem estiver vindo pela primeira vez se apresentar: **Maria de Fátima Abdala, da ANFOPE**, representando a Associação Nacional pelas pela formação dos profissionais em educação. Participei durante 15 anos, desde a abertura do Fórum Estadual Paulista, mas nós, agora nós temos uma professora lá que é do nosso grupo. O problema é que aqui é sempre em horário de professor e eu assumo aulas na universidade e não esperava estar aqui, mas como eu disse para o Maciel, a minha pesquisa gira em torno de políticas de formação de professores. Então para mim é essencial acompanhar esse fórum. E o que me lembra também a minha passagem pela prefeitura. Eu trabalhei durante quase 20 anos na prefeitura de São Paulo. Sou fã da escola pública e da educação básica. Acho que não adianta estar no ensino superior se a gente não se agrega a uma associação que luta pela formação dos profissionais em educação. Então, é isso que a gente quer colaborar em relação ao plano municipal de educação e ao plano estadual de educação. Muito agradecida pela acolhida e obrigada a todos e a todas. Obrigada. **Júlio César, DRE Ipiranga**, professor da rede estadual, da rede municipal. **Silvia Cardenuto, do Coletivo Paulo Freire,** diretora aposentada da Prefeitura de São Paulo. Trabalho com formação e educação e muito feliz por contribuir. **Rita de Cácia de Souza, do COPED SME**. **Maciel -** Queremos agradecer ao Vereador Celso Gianazi pela reserva da agenda da Câmara para o Fórum realizar suas reuniões. **Vereador Celso Giannazzi** - Boa noite a todas e todos. Saudar aqui aos componentes da mesa, nessa primeira reunião do ano do Fórum Municipal de Educação. Saudar o secretário municipal de educação, Samuel e toda a equipe aqui da Secretaria Municipal de Educação. Estava verificando a pauta e são assuntos importantes que serão tratados. Nós estivemos em reunião com o secretário Samuel, levando algumas pautas importantes na área da educação. Eu gostaria de fazer uma breve saudação, mas colocando um ponto que nós trocamos nesse assunto com o secretário que não diz respeito especificamente à área da educação, mas diz respeito ao conjunto dos servidores públicos, que é a Lei Complementar 226 de 12 de janeiro de 2026, que foi aprovada agora, né, no Congresso Nacional, a lei de iniciativa da deputada federal, professora Luciane Cavalcante, que descongela nossos quinquênios. sexta parte, todas essas progressões na carreira que foram congeladas lá durante a pandemia, são 583 dias. E como o projeto prevê o descongelamento automático, que não depende de nenhuma ação da prefeitura de São Paulo ou de nenhuma prefeitura no Brasil inteiro, nem do de governo do estado, a gente tá levando essa pauta também para o secretário, porque a Secretaria Municipal de Educação é onde tem o maior número de servidores que fazem jus ao direito dos quinquênios, sexta parte. Então esse descongelamento é muito importante. Sabemos que o pagamento retroativo depende de lei e a gente já apresentou aqui na Câmara Municipal, já está tramitando para que haja o pagamento

retroativo, mas o descongelamento daqui para frente é automático. Muitos estados e municípios já iniciaram essa ação, o próprio Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para os seus servidores, a Câmara Municipal, para os servidores da Câmara Municipal que já começou a implementar ao descongelamento automático, fazendo com que as pessoas possam fazer direito ao seu quinquênio, sexta parte e automaticamente. Então, gostaria de fazer essa saudação e parabenizar a ação do Fórum Municipal de Educação, onde tem importantes debates na área da educação. Nós temos tantas, tantos problemas, tantas mudanças que, e é importante que sejam tratadas aqui. **Secretário Samuel Ralize** - Boa noite a todas e todos. Meu nome é Samuel, sou servidor da prefeitura, estou secretário adjunto de educação desde maio do ano passado e especificamente até dia 10 de fevereiro estou substituindo o secretário Padula durante as férias. Feliz em estar aqui. **Maciel** – Obrigado, Secretário. Nós que agradecemos o aceite do convite para essa interlocução com o poder público que é fundamental, até porque 0 Fórum agrega quase 90 entidades que atuam no campo da educação na cidade de São Paulo. Portanto, está aí a importância de estabelecer esse diálogo que já ocorre com a participação das DREs e Coordenações da secretaria, mas a sua presença com certeza enaltece aqui o nosso momento de debate em tema tão importante que daqui a pouco debateremos. Primeiramente devo apresentar a pauta e aprová-la, verificar se temos algum outro assunto a ser tratado. Primeiro item da pauta é exatamente esse, **leitura e aprovação da pauta.** O segundo, **aprovação das atas de novembro e dezembro**, que inclusive já foram encaminhadas por e-mail a todas as entidades. A **justificativas de ausência**, que além de regimental é muito importante, porque com três ausências o Fórum busca dialogar e ver o que está ocorrendo**. Informes da Secretaria Executiva**. Quinto ponto da pauta é a **privatização de unidades escolares com apresentação de SME**, e a discussão sobre a **aprovação da nota pública** que o fórum elaborou a sobre a manifestação do prefeito na grande imprensa sobre este tema. E ainda, o **Ciclo de debates, objetivos, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação** versus Plano Municipal de Educação de São Paulo com os itens: acesso, trajetória e conclusão do ensino fundamental e no ensino médio, aprendizagem no ensino fundamental e no ensino médio, educação integral em tempo integral. Já iniciamos esse debate com três temas na penúltima, antepenúltima reunião, discutindo a educação infantil, acesso, qualidade da educação infantil e alfabetização. Agora seguimos nos itens e nos objetivos propostos pelo Plano Nacional, tocando nesses próximos três itens. E o item sete da pauta são **informes gerais,** para que todos possam trazer alguns eventos que aconteceram ou que irão acontecer. E por fim, **outros assuntos.** Se houver, pergunto se tudo bem. Podemos seguir a pauta como está estabelecida. Alguém quer incluir algum novo tema? Os que concordam permaneçam como estão. **Aprovada.** Já aprovamos a ATA do mês de outubro, inclusive com a apresentação da atualização da Linha de Base feita pelo Conselho Municipal de Educação e a aprovação do calendário, da conferência municipal e de elaboração do novo plano municipal de educação. Então, restou apenas a atas do dia é 4 de novembro e 2 dezembro. Não sei se todos tiveram acesso à leitura, mas podemos aprová-las e permitir que qualquer solicitação de alteração pode ser enviada até a próxima reunião por e-mail, sendo que alteração significativa retorna ao pleno e alterações simples, podemos promover a alteração. **ATAS Aprovadas**. Lembrando que nossa reunião está sendo transmitida pelo YouTube, no canal da Câmara Municipal de São Paulo. Próximo item, **justificativas de ausência**. João Luis –

Enviaram mensagens: Marcela do Fórum do EJA, Cristiane do Movimento Negro Unificado, Iraci, MOVA, Djalma Prado, da FETAM, Cléo e Raquel, do SINPEEM, Edilene de Cássia do FEMEISP, Valéria, da UBM. Feitas as justificativas de ausência, o ponto seguinte são os **informes da secretaria** executiva do Fórum: Recebemos no dia 27 de janeiro uma solicitação da Câmara Municipal de São Paulo a respeito da indicação de um membro do Fórum Municipal de Educação para representar o fórum na primeira edição do prêmio Anísio Teixeira de Educação. Um prêmio que visa premiar escolas e entidades que atuam no campo da educação. Trata-se do Projeto de Resolução nº 29, do Vereador Eliseu Gabriel, destinado a gestores, coordenador pedagógico, diretor de escola e supervisor escolar das unidades escolares municipais, que tenham se destacado pelo desenvolvimento de projetos inovadores e promissores em gestão educacional, visando a melhoria da qualidade social da educação municipal de São Paulo. O Fórum já participa do Prêmio Heitor Villa Lobos, e a ideia é verificar dentre os membros quem tem interesse nesta indicação. **Vilani** - Eu gostaria de participar porque eu já tenho feito essa atuação no Prêmio Villa Lobos, e o Prêmio Anísio Teixeira é uma novidade, então se houver interesses a gente pode até dialogar sobre, mas é um trabalho bastante pertinente porque dialoga um pouco com os projetos que as nossas unidades educacionais desenvolvem. E o Villa Lobos tem sido muito legal, porque são várias etapas desde a Educação Infantil, passando pelo Ensino Fundamental e EJA. Inclusive que por vezes o prêmio parece injusto pois existem ótimos projetos da Educação Infantil que concorrem no mesmo patamar das EMEFs, mas a comissão tem debatido estas questões. Então, se não houver outra indicação, eu gostaria de continuar participando, porque eu gosto muito. É uma forma da gente conhecer os trabalhos, os projetos que as unidades desenvolvem. **João Luis** - É chato se autoindicar, mas eu tenho um compromisso com esse prêmio que eu gosto e divulgo muito, só não participo porque eu coordeno dois trabalhos na faculdade em que leciono e os alunos devem se inscrever e por questão ética não seria bacana. Mas posso participar na organização porque não me apresenta como julgador. **Maciel** – Entendi que seriam estes dois nomes, então podemos encaminhar a Vilani como titular aos 02 prêmios e o Joao Luis como suplente. Tudo bem? **Aprovado.** Informo que a Debora chegou e pergunto se quer assumir a coordenação ou devo dar continuidade nos informes da secretaria. Dando continuidade, informo que o Fórum recebeu no finalzinho do ano passado um pedido do GEDUC, que é o Grupo de Atuação Especial de Educação do Ministério Público questões referentes aos encaminhamentos relacionados à conferência municipal de educação, previstas na Lei 16.271. E como resposta encaminhamos exatamente o calendário aprovado em 07.10. Importante relembrar aqui: PME nas escolas março e abril de 2026; pré-conferências regionais por subprefeituras, maio a junho de 2026; Conferências Regionais por DRE, agosto a setembro de 2026; Conferência municipal novembro de 2026; Consulta pública sobre o PME, dezembro a fevereiro de 2027; Audiências públicas do PME março a abril de 2027; Tramitação e aprovação do projeto de lei do plano municipal de educação do novo plano, maio a junho de 2027. Lembrando que o nosso plano é vigente até setembro de 2027. No mesmo ofício, solicitamos ao GEDUC para que indique um membro, titular e suplente para acompanhar os nossos debates sobre o Plano Municipal de Educação. Outro ofício foi endereçado para a Secretaria Municipal de Educação resgatando o calendário aprovado e pedindo a publicação oficial da Comissão das Quatro Instâncias, composta pelo Fórum Municipal de Educação, Conselho Municipal, Secretaria Municipal e a Comissão de Educação e Cultura e Esportes

da Câmara Municipal de São Paulo, já com a previsão de uma primeira reunião agendada para análise do calendário, considerando que há a proposta de Instrução Normativa no Calendário Escolar 2026 específica para o PME na Rede. No mesmo ofício a gente pede a indicação e orientação dos representantes dos conselhos, assessorias, coordenadorias, divisões e diretorias regionais de educação a compor o Fórum Municipal de Educação durante a elaboração do novo plano municipal de educação. A gente tem, na verdade, pela legislação, né, a obrigatoriedade da participação das diretorias regionais de educação. Mas esse é um momento ímpar, é um momento em que a gente pode ter uma participação ampla de vários segmentos da própria Secretaria Municipal de Educação, colaborando e contribuindo com esse debate do plano municipal. Então, a ideia é inclusive a possibilidade de ter essas participações, não como membro do fórum, já que as diretorias regionais o são, mas setores da secretaria que são fundamentais nesse processo, pelo menos no PME, que nós tenhamos a participação de várias divisões, dos conselhos, das assessorias na elaboração do plano, e neste sentido apontar representações fundamentais para a composição do comitê gestor que irá coordenar o processo de elaboração do novo plano municipal de educação, bem como, a questão da dotação orçamentária para a conferência municipal de educação, com base em possíveis complementações necessárias, para além dos 900 mil que estão previstos para a conferência. E pela análise da Conferência de 2023, já vimos que é um valor insuficiente. Outro informe: encaminhamos ao gabinete da Secretaria Estadual de Educação um convite para que indique membros da SEDUC, a compor o comitê gestor porque temos uma dificuldade imensa em envolver as escolas estaduais no debate no Plano Municipal de Educação que significa discutir as escolas estaduais que estão no município de São Paulo, significa discutir as escolas particulares que estão no município de São Paulo, significa discutir inclusive a rede parceira que atua na educação infantil da cidade de São Paulo. E temos uma dificuldade dessas representações nesta construção. Por fim, encaminhamos o Comunicado nº 01/26 a todas as entidades solicitando a atualização cadastral da representação no Fórum, visto que houveram modificações que não foram informadas oficialmente e, no mesmo link pede a indicação sobre quais temas na Câmara Tecnica que debaterá o PME a entidade tem interesse em participar. O debate envolve as entidades membros do Fórum Municipal de Educação, mas também está aberto para entidades que não fazem parte do fórum e possam também estar indicando que Câmara quer participar do debate, porque essa discussão do PME não é só para entidade membro do fórum, é pra cidade de São Paulo. As discussões. partem do fórum, mas amplia para além do fórum, no sentido de poder discutir realmente o plano municipal com toda a sociedade paulistana. Rapidamente eu vou ler aqui as entidades que já fizeram a atualização: Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional – ABRAPEE > 04 - Acesso, trajetória e conclusão no Ensino Fundamental e no Ensino Médio; Associação Cidade Escola Aprendiz > 06 - Educação Integral em tempo integral e 18 - Financiamento e infraestrutura da Educação Básica; Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - Coordenação Anfope São Paulo > 16 - Profissionais da Educação Básica e 15- Pós-Graduação sricto sensu; Centro do Professorado Paulista – CPP > 06 - Educação Integral em tempo integral; Coletivo Paulo Freire > 16 - Profissionais da Educação Básica e 02 - Qualidade da Educação Infantil; Conselho Regional de Fonoaudiologia 2ª Região (CREFONO 2) > 09 - Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos; Conselho Regional de Psicologia de São Paulo CRP/SP - 6ª Região >

18 - Financiamento e infraestrutura da Educação Básica; Federação dos Trabalhadores da Administração e do Serviço Público Municipal no Estado de São Paulo - FETAM SP > 02 - Qualidade da Educação Infantil; Fórum Municipal de Educação Infantil de São Paulo – FEMEISP > 01 - Acesso à Educação Infantil; Fórum Municipal do Movimento de Alfabetização de Adultos - MOVA SP > 10 - Educação de Jovens, Adultos e Idosos; Fórum Paulista de Educação de Jovens e Adultos – Fórum EJA > 10 - Educação de Jovens, Adultos e Idosos e 09 - Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos; Fórum Paulista de Educação Infantil – FPEI > 02 - Qualidade da Educação Infantil e 01 - Acesso à Educação Infantil; Instituto Federal São Paulo - Campus Jardim Ângela > 12 - Qualidade da Educação Profissional e Tecnológica; Mandato Vereadora Luna Zaratini > 06 - Educação Integral em tempo integral; Mandato Vereador Eliseu Gabriel > 09 - Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e Educação Bilingue de Surdos e 10 - Educação de Jovens, Adultos e Idosos; Mandato Vereador Helio Rodrigues > 02 - Qualidade da Educação Infantil; Mandato Vereador João Ananias > 08 - Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola; Secretaria Municipal de Educação / COPED-GABINETE > 01 - Acesso à Educação Infantil e 03 – Alfabetização; Secretaria Municipal de Educação / DRE Penha > 06 - Educação Integral em tempo integral e 04 - Acesso, trajetória e conclusão no ensino fundamental e no ensino médio; Setorial Municipal de Educação do PT São Paulo > 17 - Participação Social e Gestão Democrática; Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo – SINPEEM > 02 - Qualidade da Educação Infantil; Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo – SINESP > 17 - Participação Social e Gestão Democrática e 14 - Qualidade da Graduação; Sindicato dos Professores de São Paulo - SINPRO SP > 16 - Profissionais da Educação Básica; Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo – APROFEM > 14 - Qualidade da Graduação e 02 - Qualidade da Educação Infantil; Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza – SINTEPS > 12 - Qualidade da Educação Profissional e Tecnológica; Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo – SINDSEP > 02 - Qualidade da Educação Infantil e 18 - Financiamento e infraestrutura da Educação Básica. Neste sentido, é importante que as entidades que não constam desta relação, façam a atualização e indiquem os eixos temáticos para a Câmara Técnica até o dia 15 de fevereiro e depois observamos a necessidade ou não de ampliarmos os prazos, pois vamos iniciar a montagem dos grupos de whatsapp. Finalizados os informes da Secretaria Executiva, quero chamar para compor a mesa o secretário municipal de educação, Samuel Ralize e agradecer o aceite do convite, e agradecer também a enormidade de momentos em que nos sentamos, enquanto representante do Sindsep, para debater questões salariais e de condições de trabalho. Foi uma maratona entre agosto e novembro e aguardamos pelo fruto destas conversas. A disposição pela escuta por parte do Secretário Samuel é importante, pois sabemos qual é o projeto e política educacional deste governo para o campo da educação e é fundamental que a sociedade seja consultada neste processo. O prefeito Ricardo Nunes afirmou na grande imprensa que já está em curso a **entrega de três novas unidades de educação para Organizações Sociais** e obviamente, toda a Sociedade Educacional de São Paulo já se manifestou com inúmeras notas de repúdio e questionamentos, inclusive sobre a pouco divulgada consulta pública. E como habitualmente faz, o Fórum convidou a Secretaria para este diálogo e já elaborou uma proposta de Nota Pública a ser divulgada, não sem antes ser aprovada na noite de hoje,

não sem antes ouvir a Secretaria sobre os detalhes desta proposta, e sempre vou chamar a atenção para esse nosso princípio, antes de qualquer questão, antes de qualquer definição, abrir o espaço para a escuta, porque é a forma que o diálogo e a democracia se estabelecem. **Secretário Samuel Ralize**; Marciel, agradeço mais uma vez a oportunidade de estar aqui. É sempre bom quando a gente é convidado para falar e pode aceitar, seja por disponibilidade de tempo ou qualquer outra questão, que a gente consegue aproximar o contato, as informações oficiais e receber as perguntas diretamente das pessoas que escutaram as informações. Então, muito obrigado. E boa noite mais uma vez a todas e todos. Cumprimento a Débora, coordenadora do fórum que eu acabei de conhecer. Professora Edilene, coordenadora adjunta do fórum, professor João Luiz, secretário, professora Maria Vilani, que é coordenadora de divulgação e mobilização do fórum, o professor Maciel Nascimento, que eu venho encontrando em diferentes condições e com diferentes títulos em diferentes eventos. É sempre bom encontrá-lo. E o vereador Celso Gianazzi, que está aqui sempre nos acompanhando, esteve conosco ontem lá na secretaria trazendo demandas, reivindicações. A nossa equipe está aqui também, a Fátima, coordenadora de gestão e organização educacional, a Luci, que também é coordenadora pedagógica da CME, além de estar aqui representando o Conselho Municipal de Educação, a Lígia, que é a chefe de gabinete de relações institucionais da secretaria, o Camilo, que está na equipe do cerimonial e o Carlão que tá na nossa equipe de comunicação. E registro aqui a presença da nossa parceira de sempre, a SPP, a Letícia e o Martim, eu os vi entrando. A SPP, SP Parcerias, é a empresa municipal que nos ajudou com a modelagem desses documentos que foram colocados em consulta pública. Eu vejo aqui também a equipe de assessoria do vereador Eliseu. Boa noite. Se eu não cumprimentei alguém, peço desculpas. Eu vejo que tem outras entidades sindicais aqui. Cumprimento a todos. Temos aqui então essa apresentação que preparamos com o apoio técnico da SPP sobre o nosso projeto. Essa ideia de parcerias no ensino fundamental e por que parcerias? Essa é a primeira palavra-chave da apresentação. Parceria não é privatização. Quando a gente fala em privatização, a gente está transferindo a titularidade do bem ou do serviço ou do patrimônio pro setor privado. Ele deixa de ser público. É quando você entra numa unidade básica de saúde, aquela unidade básica é um equipamento público, tem bens públicos, tem um serviço público e ele tá sendo operado por uma organização social, no caso uma organização social da saúde. Não faz sentido dizer que o SUS é privado ou é privatizado. Existe ali uma parceria, né, uma contratualização de resultados. Quando você entra no equipamento de assistência social, muito provavelmente ele está sendo operado por uma organização da sociedade civil. Quando você entra num centro de educação infantil em São Paulo, muito provavelmente ele está sendo operado por uma organização da sociedade civil. Nenhum desses equipamentos é um equipamento privado. É sobre isso que a gente está falando aqui, é sobre gestão compartilhada, sobre um termo de colaboração em que a Secretaria Municipal de Educação, proprietária do imóvel, proprietária do mobiliário que tá lá, detentora da competência por estabelecer as diretrizes técnicas pedagógicas, os programas de gestão democrática, os programas de participação, os programas de assistência e permanência aos estudantes, à crianças e aos bebês matriculados na rede, tem a responsabilidade mantém essa responsabilidade durante toda a operação da escola. Só que não é uma escola operada diretamente, completamente pela Secretaria Municipal de Educação. Existem algumas coisas que são executadas, operadas por organizações por meio de um termo de

colaboração mediante um plano de trabalho pactuado, estabelecido, mediante critérios, objetivos, metas, quantidades, qualidades, aferição, supervisão e assim por diante. É um modelo complementar. Em nenhum momento a gente tem a intenção, a ideia, a vontade, o desejo de substituir gestão direta por gestão parceira ou por muito menos por privatização. Não estamos falando aqui de trocar a gestão de uma escola específica de direta por parceira. As três escolas que foram indicadas para esse projeto que esteve sob consulta pública e a gente tá debatendo hoje, são três escolas novas e todas as escolas que hoje são operadas pela secretaria continuam sendo operadas pela secretaria. Não é a ideia substituir. Não estamos falando em expansão mesmo, porque nem começamos ainda. Estamos falando de três escolas somente. São unidades educacionais públicas, 100% públicas, mantidas pelo município com recursos do tesouro municipal, tá? Em regime de cooperação com organizações da sociedade civil. Não estamos falando em cobrança de mensalidade, em lucro, em outra forma de administrar a gestão pedagógica que não seja o caderno da cidade ou os cadernos da cidade, melhor dizendo. Não estamos falando em substituir o TEG por outra coisa, nem cobrar pelo transporte escolar, nem nada disso. Todos os programas e toda a forma de conduzir o aspecto técnico pedagógico dessas escolas é o mesmo das escolas geridas diretamente. E como eu disse, normas e diretrizes do CME são observados. Temos os princípios de gestão democrática e as instâncias que possibilitam a gestão democrática da comunidade escolar. Essas escolas vão ter o conselho de escola paritário com participação da comunidade, dos familiares, dos responsáveis legais, dos estudantes. Essas escolas vão ter grêmios estudantis, essas escolas vão ter prestação de contas, controle social, e tudo mais que a gente costuma ter nas escolas geridas diretamente e participação de todo mundo, todos os usuários no processo decisório em relação a essas escolas. Isso é, isso vai ser, vai precisar ser aferido, demonstrado pelas parceiras, não é só constar num papel e a gente acredita. E a integração plena à rede municipal de ensino. Vamos usar o caderno da cidade, o currículo da cidade e todos os nossos programas, todas as nossas iniciativas da mesma forma. É um projeto voltado para três novas unidades descritas como projeto piloto. Quando a gente fala piloto, quer dizer que a gente vai expandir depois. Estamos a muitos passos antes de poder falar em expandir depois. Primeiro estamos falando num projeto de três escolas. Pode ser que esse projeto não dê certo. Se esse projeto não der certo, não vai expandir. Pode ser que esse projeto dê muito certo e daqui a 10 anos, 20 anos, não sei, pense, talvez possamos expandir esse projeto, mas será que vai expandir da mesma forma? Será que tem que mexer em alguma coisa? É muito leviano da minha parte fazer essa avaliação aqui em fevereiro de 2026, porque nem colocamos na rua ainda essa parceria com o terceiro setor. Então, estamos falando de entidades sem fins lucrativos. Não estamos contratando prestação de serviço aqui. Não é concessão, não é PPP, não é delegação de responsabilidade ou titularidade de prestar serviço público. Não vai ter cobrança de tarifa, como geralmente tem numa concessão. A gestão integral das EMEFs vai ser da organização. Isso quer dizer que o dia a dia da escola, a organização da sociedade civil vai ter ali a sua equipe gestora, sua equipe formada pelos docentes e é aí que tá a diferença em relação às escolas administradas diretamente. Quem está trabalhando na escola não serão servidores públicos, mas todo o resto é muito parecido, muito mais parecido com o modelo de execução direta do que com o modelo de escola privada. A gente até fez uma tabela comparativa que não deu tempo de colocar no slide. Mas quando você compara as colunas é muito mais parecido, tem muito coisa mais em

comum, desculpa, tem muito mais coisa em comum com as escolas diretas do que com escolas privadas. Estamos prevendo ensino integral de 9 horas por dia nessas três escolas. Isso é um diferencial importante em relação à maioria das nossas escolas municipais de ensino fundamental, que ainda não tem tempo integral. Sabemos da normativa do ano passado que determinou que o primeiro ano vai ser integral, mas não é o integral de 9 horas, em todos os casos. Em alguns casos, sim, mas na maioria não. A gente ainda não tem todo o fundamental integral. Nessas escolas a ideia é que a gente tenha ensino integral em tempo integral por 9 horas. 540 alunos estudantes por MF, sendo 18 turmas de 30 alunos. E a divisão do objeto em três blocos. A gente fala sobre isso mais adiante. A parceria, a princípio, vige por 5 anos. Então, durante 5 anos, a se desenrola o plano de trabalho e vai avaliando, monitorando e decide se ao final de 5 anos isso vai ser expandido, se decide se vai fazer um novo chamamento ou se a volta para trás e vira gestão direta. Mas o que não vai se fazer, e isso eu posso garantir, é privatizar essas três escolas ao final dos 5 anos. Não vamos vender essas escolas porque não faz sentido, não é coerente com a necessidade e com a intenção da Prefeitura de São Paulo fazer isso. As três escolas são uma na Avenida Miguel Franquini Neto, 401, lá em Pirituba, Jaraguá, distrito de Jaraguá. A gente tem outra na rua Davi Perez 170 em Pedreira na DRE Santo Amaro e outra na rua Manuel da Costa Capanema, na DRE Capela do Socorro, distrito Parelheiros. A Secretaria Municipal de Educação, vai ser responsável por construir o prédio, aliás, já está construindo esses prédios e estão quase prontos, colocar mobiliário, prover. manter e repor os mobiliários no padrão das EMFS. Também fazer a formação inicial e continuada dos professores, do quadro de apoio da equipe escolar como um todo que irão atuar nessas três escolas. Nós, Secretaria Municipal de Educação, Escola Municipal de Formação de Profissionais da Educação do Futuro, INFORPEF, COPED, nossa equipe vai fazer esta formação como nós fazemos com todas as outras 600 e tantas escolas de ensino fundamental. Vamos prover o serviço de telefonia internet, então a conectividade vai ser a mesma que nós já temos em todas as nossas escolas, prover os serviços de alimentação e fornecimento de uniforme que funciona hoje para todas as nossas escolas, fornecer gás, fornecer material didático e vai fornecer o serviço de apoio escolar psicossocial e o serviço de apoio à educação especial. Então, são todos os nossos programas de inclusão na de educação especial na perspectiva inclusiva, de atenção psicossocial aos nossos estudantes mais vulneráveis, material didático, uniforme, tudo igual. Não é parecido, é o mesmo programa. Além da disponibilização da infraestrutura, integração com as outras unidades da rede e acesso aos mesmos sistemas tecnológicos da parte da Secretaria de Educação e por parte da OSC, vai ter a execução de área cotidiana das atividades pedagógicas, administrativas e a zeladoria, limpeza, manutenção, e o cuidado do espaço físico, que hoje é realizado nos CEUS, e, inclusive no CEU que será lançado amanhã, o CEU Grajaú, e lá está a cargo de uma concessionária, porque é uma PPP. No caso da de uma escola de gestão direta, essas atividades são de responsabilidade da escola da DRE. No caso, dessas escolas aí, vai ser responsabilidade da organização da sociedade civil. Parceira. Então, como eu disse, eles vão executar as atividades pedagógicas, as práticas pedagógicas em si, vão fazer a gestão cotidiana da unidade e vão conservar e manter o ambiente físico. Essas serão as responsabilidades dessa OSC, então somente essas. E aí, destrinchando um pouco mais no detalhe, eles também vão ter responsabilidades relacionadas com práticas curriculares. Quais são as responsabilidades deles? Seguir a nossa diretriz, seguir a nossa matriz curricular, fazer a ampliação curricular de acordo com as nossas

diretrizes e executar as atividades culturais, esportivas e outras dentro do ambiente pedagógico, conforme as instruções normativas da Secretaria Municipal de Educação, as mesmas que valem para as escolas de gestão direta. Não serão normas específicas para uma escola, normas específicas para outra. São as mesmas. Desenvolvimento do projeto político pedagógico da escola. Eles vão ser responsáveis por isso. A equipe gestora com participação do conselho de escola. Lembrem-se, gestão democrática da educação está mantida e respeitada aí dentro, diferentemente de uma escola privada em que nem sempre isso é observado. Essa é uma escola pública, portanto, a gente tem a gestão democrática garantida. reuniões estratégicas de planejamento pedagógico junto com a secretaria, junto com o ADR, junto com a sua própria equipe, junto com o conselho de classe, com o conselho de escola. Gestão participativa para viabilizar a composição das instâncias de gestão integrada à comunidade, e fornecer ambiente adequado para a autonomia das instâncias e de seus membros. Ou seja, o Grêmio Estudantil vai ter uma sala, vai ter uma sala. O Grêmio Estudantil vai funcionar como funciona numa escola da rede direta. Uma escola entre as outras que existem hoje. A gente tem o percurso da sala de leitura, a gente tem a formação continuada interna dos docentes. Além da formação que é fornecida pela nossa escola, seguindo as nossas diretrizes, eles têm que garantir o desenvolvimento continuado dos docentes que forem trabalhar lá, assim como quadro de apoio. Atividades administrativas, gestão dos espaços, gestão da equipe, garantir o quadro de pessoal que esteja ali todos os dias, fornecer insumos, material de escritório, material de consumo, promover ações de bem-estar para os estudantes e para as pessoas que trabalham lá. Eu já falei da formação dos profissionais, e sobre o atendimento administrativo à comunidade, aos alunos. Então, todo o trabalho de secretaria e matrícula, como será nessas escolas? Quem está próximo de alguma destas escolas e atende aos critérios de matrícula que funcionam hoje para as outras escolas vão poder estar matriculado, pois trata-se do georreferenciamento, a geolocalização. E se mora muito longe, dificilmente vai conseguir. O sistema de, entre aspas, regulação das vagas a matrícula nessas unidades educacionais é o mesmo sistema. A gente não terá dois sistemas, dois jeitos, duas filas de fazer matrícula. É a fila única. As crianças, os estudantes vão ser colocados ali no sistema, na intenção de matrícula. Podem indicar preferência? Claro que podem. O responsável legal pode indicar a preferência, mas tem a mesma fila que sempre existe para todas as escolas. E no caso da infraestrutura, isso aqui é um pouco chovendo molhado, né? manutenção preventiva e corretiva de questões de ambiente construído, limpeza e higienização de ambientes, provisão dos itens de consumo, né, material de limpeza, e manutenção das áreas verdes da escola, controle de pragas, gestão de resíduos sólidos, segurança, vigilância noturna e diurna por meio de portaria, prevenção, controle de acesso, prevenção e atendimento a emergências, pagamento de faturas de água e energia elétrica. a gente vai fazer a ligação, mas o consumo é com eles, aquisição, manutenção, reposição dos mobiliários adquiridos pela própria organização, em complemento aqueles que nós vamos fornecer pela secretaria, dos equipamentos de informática e o suporte a esses equipamentos. Então, vejam, por que a prefeitura resolveu mexer nesse vespeiro? Por que a prefeitura, a Secretaria de Educação resolveram que não é uma boa ideia fazer mais três escolas de gestão direta? Vocês conhecem as nossas escolas? Vocês são professoras, professores, estudaram nas nossas escolas? É muito comum que a licitação esteja demorando. É muito comum que não conseguir aderir a ata de registro de preço. É muito comum que o produto tenha chegado com problema, que o produto

não seja de boa qualidade. Isso é uma mazela que atinge todo o setor público, toda a gestão pública. E a gente sabe que o setor privado, organizações de direito privado, eu não estou falando de empresa privada com fins lucrativos, ou de qualquer organização que não seja pública, pois elas não têm que seguir uma série de exigências que a gente tem para fazer compras e contratações. Por isso eles conseguem fazer de maneira mais rápida. Talvez seja mais fácil e mais rápido garantir o ambiente construído, serviços, itens de consumo por meio de uma parceria do que por meio da operação direta. Este é um argumento que qualquer parceria tem para defender essa escolha. A escolha pela parceria e não pelo modelo de operação direta, quadro de profissionais fica a cargo das escolas contratar e manter a equipe docente, a equipe gestora, a equipe administrativa, equipe de apoio e a equipe de infraestrutura e precisamos de um quadro mínimo de profissionais. E estou apresentando aqui o que está nos documentos acessíveis no site da secretaria. Quem entrou "Participe Mais" viu um documento bem resumido em linguagem simples para facilitar a compreensão das diretrizes principais da ideia, mas lá tinha um link também de acesso para o nosso site onde estavam todos os documentos detalhados. E aqui a gente tem a equipe mínima que vai ter nessas escolas. De acordo com essa proposta que está em debate e que pode mudar. A gente vai ter um diretor, um assistente de diretor, um coordenador pedagógico, um secretário, dois auxiliares administrativos, quatro auxiliares técnicos, seis auxiliares de limpeza, um de manutenção e um de portaria, controle de acesso e 41 professores, sendo 12 regentes de fundamental um, três de artes, quatro de educação física, dois de inglês, dois de educação digital, cinco de matemática, seis de português e orientador de sala de leitura, três de ciências, dois de história, dois de geografia. A contratação fica a cargo da OSC. Então aqui está o a grande diferencial entre uma escola gerida, operada diretamente pela SME e uma escola nessa ideia aqui. Quem contrata e mantém esse quadro são eles, são essas organizações. Importante ressaltar que vai ter um sistema de aferição e cumprimento de metas. Não é só repassar e deixar ao "Deus dará". Tomara que dê certo. Não é isso que está sendo proposto. A gente tem um sistema em que a cada 6 meses vamos poder até descontar valor de repasse se constatar que o desempenho não está atingindo o plano de trabalho. Então, a cada seis meses vamos ver se as metas estão sendo cumpridas, as metas de curto e de longo prazo. Essas metas envolvem também o desempenho de aprendizagem e condições de infraestrutura. E os descontos podem incidir em até 10% do repasse mensal. Se constatar que o recurso público foi repassado e não foi utilizado a contento, não tem por que repassar integralmente esse recurso no futuro, porque o recurso tem que ser administrado com responsabilidade, assim como todos os outros assuntos aqui. Quais são as nossas metas? São quatro metas. Primeiro, garantir a qualidade das atividades pedagógicas e do processo de aprendizagem dos estudantes. Isso vai ser medido por de acordo com a proposta que está em discussão. Isso tudo, sujeito à alteração ainda. Nada disso virou o chamamento. A meta um seria medida pela média das notas da ferramenta de monitoramento da avaliação das atividades pedagógicas pela secretaria. A meta dois, garantir a execução das formações propostas para formação docente continuada e formação continuada de profissionais. Avaliar qual foi a quantidade de formações oferecida de acordo com o planejamento prévio e a quantidade de formações efetivamente executada por cada tipo ali de profissional. A gente tem a terceira meta, garantir a frequência da equipe escolar nas formações de capacitação de formação continuada de profissionais e formação docente

continuada. Então, a porcentagem de presença dos integrantes da equipe docente e da equipe escolar, equipe de apoio. E a meta quatro, garantir a qualidade dos serviços prestados para comunidade escolar na execução das atividades pedagógicas com a nota de avaliação e pesquisa de satisfação pela comunidade sobre a qualidade dos serviços e das atividades oferecidas e a porcentagem de presença dos estudantes nas aulas que compõem a prática curricular e a prática curricular ampliada. Então não é repassar o dinheiro e esperar que dê tudo certo. Não é isso, pois vamos fazer a tomada de contas regularmente, aferir o cumprimento das metas regularmente. Existem outras três metas. A cinco, garantir condições adequadas de trabalho e o bem-estar dos integrantes da equipe escolar. vai ser avaliado pela nota de avaliação e pesquisa de satisfação da equipe escolar sobre a qualidade do ambiente, das condições de trabalho, das atividades administrativas e de infraestrutura. E vamos medir também o índice de rotatividade dos profissionais. Então, vejam, um dos argumentos que que a gente tem recebido é: "Não, mas as condições de trabalho são muito ruins, a rotatividade é muito alta, tem assédio moral, não tem democracia, não tem transparência, não tem escuta." Se essas situações acontecerem, o repasse será cortado, o repasse será descontado, porque não queremos um ambiente escolar tóxico, um ambiente profissional tóxico para os nossos estudantes e para a comunidade escolar. Então isso também será aferido. A OSC tem condição de promover um ambiente mais saudável, então ela tem condição de prestar contas sobre esse ambiente mais saudável. E a meta seis, garantir efetiva comunicação com a comunidade escolar e comunidade de local. existência e atualização periódica dos meios de comunicação digitais e físicos com a comunidade. Ou seja, a escola não é uma ilha isolada. A escola faz parte de um território, faz parte de um contexto, de uma população. Todos nós sabemos disso. Isso aqui vai continuar sendo uma escola pública. Portanto, esse princípio vai continuar tendo que ser respeitado e observado. E na meta sete, garantir a qualidade das atividades de infraestrutura por meio de infraestrutura escolar adequada, limpa, conservada, pro desenvolvimento das atividades. A gente vai ter um verificador independente, ou seja, não vamos acreditar só na palavra da OSC, vamos contratar outra pessoa, outra empresa para ir lá e ver se aquele negócio está limpo mesmo, funcionando mesmo. E com base nisso, em todo o resto do conjunto de evidências que a gente vai ter, a gente vai considerar metas cumpridas ou não cumpridas. As metas de longo prazo são de cunho pedagógico e o termo de colaboração pode ser renovado ou não de acordo com o atingimento também dessas metas. E quais são elas? Primeiro, desempenho satisfatório no SAEB, né? Por que o SAEB? A gente também tem questionamentos, ah, mas as avaliações externas não falam com a gente, não falam com a realidade do contexto escolar no município de São Paulo. Tudo bem, nós temos o currículo da cidade, nós temos as nossas particularidades e elas são aferidas por instrumentos de avaliação interna como a prova São Paulo, como a prova saberes e aprendizagens, por outras práticas de sondagem que a nossa rede já tem. Mas o SAEB é um instrumento adotado pelo Ministério da Educação para avaliar a educação no país. Nós, assim como a escola não é uma ilha isolada, São Paulo não é uma ilha isolada. Precisamos fazer o SAEB e tem que comparativamente com outros municípios, indicar ao governo federal e estadual e para o prefeito como nossa educação está indo em termos de leitura, língua portuguesa, matemática e todas as outras competências que são aferidas ali pelo SAEB. expressas no índice de desenvolvimento da educação básica, o IDEP. Nós também vamos aferir o IDEP, que é o nosso índice de desenvolvimento da educação paulistana. Então, prova São Paulo também vai ser um critério de aferição das

metas de longo prazo. A meta três, distorção idade série, a gente tem que ver como que tá a adequação da razão desta distorção, assim como a gente faz em todo o conjunto da rede. Aliás, esse indicador está no programa de metas para a rede como um todo. a gente tem que avaliar a distorção idade série. Primeiro porque estamos num país em que isso aqui faz diferença. E segundo, a gente tem um programa de metas, um planejamento estratégico que inclusive tá sendo divulgado agora nos próximos dias para toda a população. E isso também é avaliado para todas as escolas. E a evasão escolar, como eu disse, é um critério também. Se temos a busca ativa nas escolas municipais de ensino fundamental, assim será nessas três escolas. E aí os critérios de avaliação das propostas. Estamos pensando em fazer um chamamento público. Chamamento público não é exatamente uma licitação. Abrimos um edital que recebe propostas e avalia qualitativamente junto com uma documentação e com uma um plano de trabalho apresentado ali por pelas organizações que queiram concorrer, aliás, pleitear a oportunidade de celebrar essa parceria, pois concorrer não é exatamente o melhor termo nesse caso. Vamos avaliar a experiência da organização baseada em gestão de instituições de ensino fundamental. Portanto, aventureiro pode entrar, não vai pontuar, não vai ganhar. Terá que apresentar experiência específica em ensino integral, experiência em gestão docente de adequação e regularidade. Vamos avaliar a qualidade técnica do plano de trabalho. Avaliação das atividades pedagógicas, escala de profissionais, administrativas, infraestrutura, gestão participativa e democrática, elaboração e revisão do projeto político pedagógico e o projeto de formação continuada interna dos docentes e do quadro de apoio. A gente também vai olhar o orçamento. É muito dinheiro, é muito mais dinheiro, é muito menos dinheiro. Faz sentido. estão dizendo que vão fazer tudo isso com muito pouco, porque aí também não faz sentido. Ou tão falando que vão fazer só isso aqui com muito dinheiro, também não faz sentido. E boas práticas em gestão de parcerias. a gente vai fazer uma avaliação muito inédita nesse setor aqui em São Paulo, nesse setor de política pública. Por isso estamos colocando isso em consulta e por isso estamos discutindo com a sociedade civil, com a população, com o Fórum Municipal de Educação, que é formado por pessoas que conhecem muito bem isso aqui e podem dizer: "Atenção, isso é um risco, atenção, isso aqui precisa ser analisado com muito cuidado. aquele critério está muito ambíguo, tá muito insuficiente ou não, vocês estão viajando, essa ideia é toda ruim, parem imediatamente por tal motivo. Enfim, estamos aqui para isso. Acho que agora acabou e eu agradeço a oportunidade. Falei demais e fico à disposição para responder perguntas. **Maciel** - Acho que falou o suficiente para suscitar uma série de dúvidas e questionamentos. Obrigado, secretário, importante essa apresentação para que possamos de fato abrir o debate. Proponho anotar as inscrições e se tivermos um número tranquilo de inscrições, pode ser um bloco apenas, do contrário abrimos 02 blocos de 05 intervenções de 03 minutos cada. Pode ser assim? Primeira inscrição: **Fátima Antonio, representando o setorial municipal de educação do PT** – Agradeço, Secretário e estou pensando aqui por onde começar, mas quero fazer três apontamentos que me chamam muita atenção. O primeiro é uma questão de concepção mesmo. Precisamos discutir um pouco a concepção de educação que está embutido neste projeto. Primeiro, quem defende escola pública, com recurso público, fica com os olhos assustados. Embora ninguém aqui é ingênuo e sabe muito bem onde isso vai parar, qual é a intencionalidade disso, aonde nós vamos chegar num processo de privatização. Vamos falar o que é verdade aqui, é um processo de privatização que tá sendo

desenhado de uma forma, mas que daqui 10 anos ou 20 anos, talvez, ou até menos, chegue nisso. Então, eu acho necessário discutir a partir da sua apresentação, a qual eu agradeço muito. Há uma questão de concepção da qual eu particularmente, representando o setorial municipal de educação do PT, do qual nós somos contrários. É uma experiência que ainda deixa milhões de dúvidas sobre, mas além da experiência da qual falei, a gente teria uma série de senões, nos detalhes, mas tem uma questão de concepção da qual a gente é radicalmente contrário. Acreditamos que a escola pública é para todos. Eu não senti um todos ali, sabe, esses 540 alunos. Eu comecei a ficar muito incomodada com a quantidade de detalhes do todo, enfim. A outra questão é sobre a consulta pública. Acreditamos que lançar uma consulta pública para a população é pouco, muitas vezes não tem acesso às informações da diferença entre o que significa este projeto e o que significa uma escola pública com recurso público, uma escola estatal. Então, acho que foi de uma forma um tanto quanto difícil para a população até se manifestar sobre isso. Só que a gente também sabe que a população, né, quando não tem esta informação para ela, de repente é uma coisa maravilhosa ter todo esse tipo de controle. Enfim, avaliações, monitoramentos etc. E a última é sobre orçamento. Diante de tudo que você apresentou, Samuel, efetivamente, qual é o orçamento que será gasto nisto? Porque nós queremos fazer contas. E sabemos que optar por essa experiência em não ser de fato uma escola pública com profissionais concursados. É justamente porque vocês querem acabar com a escola pública. É isso. **Luci Guidio, Fórum Paulista de Educação Infantil** – Primeiramente, eu quero concordar com a fala da professora Fátima e para não ser repetitiva, eu gostaria de acrescentar duas coisas na defesa da escola pública com professores e professoras concursadas e que esse dinheiro seja inclusive voltado para a população. Secretário, eu agradeço a sua fala. E assim, nós temos professoras, professores, projetos políticos pedagógicos de excelência na cidade de São Paulo, e, no meu caso, com quase 60 anos na escola pública, o que que a gente percebe é um conteúdo extremamente técnico, burocrático, que os funcionários, enquanto CLT terão que cumprir. É a meritocracia instituída claramente, institucionalizada na rede municipal de São Paulo. Isso é um atraso para além de tudo que a professora Fátima coloca. Obrigada. **Lívia – Movimento Ocupa a Cidade** - Sou supervisora escolar na DRE Santo Amaro e primeiro queria dizer que eu sou um produto dessa rede. Eu fui aluna de ensino fundamental os 9 anos na rede municipal, na EMEF Cacilda Becker. E entrei em 1989, foi meu primeiro ano, na gestão da Luíza Erundina e do secretário Paulo Freire. Aquela foi uma política de sucesso, porque eu cheguei aonde eu estou, fui professora dessa rede, coordenadora pedagógica, diretora de escola e hoje sou supervisora escolar, tendo passado por Campo Limpo e agora na Santo Amaro. Acho Samuel, importante a sua presença aqui, até para ter um debate efetivamente, porque temos sentido falta, desses espaços públicos em que o contraditório também possa ser colocado. Eu queria tratar da consulta pública, foi um período muito curto e em um momento em que boa parte dos docentes e outras pessoas estavam em férias. Acho que ela não garantiu a participação efetiva da rede e ainda com uma dificuldade burocrática, várias pessoas, ao tentar acessar, reclamaram um da dificuldade de acesso de um questionário longo, mas eu acho que se tivesse mais tempo, talvez isso pudesse ter sido sanado, mas foi muito curto e num período muito curto, pois terminou dia 26 de janeiro. Estamos passando por um momento de falta de clareza e de identidade no projeto político da prefeitura, porque ao mesmo tempo que o nosso programa de organização ele traz uma gramática empresarial, de missão, de valores, de metas, ele traz também expressões de

Paulo Freire, de Bel Hook e tal. Às vezes ficamos meio sem saber onde estamos ou para onde caminhar, porque não se defende plenamente uma ideia, com o uso de uma ideia com capa de outra ideia. Eu acho isso um pouco complicado. A questão da experiência que a Fátima mencionou. Precisamos entender por essa experiência, porque quando foi o caso dos CEIs, tinha um motivo, tinha que atender uma demanda e um curto período. Então, transformar, fazer parceria, se justificava ali naquele momento histórico, embora o que foi emergencial tornou-se regra. Agora, o que justifica essa experiência? E uma última questão é, enquanto a gente planeja essas três escolas, o que que a gente vai fazer com as nossas escolas diretas? Porque hoje, por exemplo, temos mais de 15.000 cargos aguardando a chamada de concurso público. O último concurso para diretor de escola e para supervisor que aconteceu em 2015, e já são 11 anos e integramos uma rede que além de ter uma discussão ampla de plano de carreira, a lei expressa que 5% dos cargos vagos, abre-se concurso. Antes editais de concurso era uma dinâmica recorrente e acontecia regularmente, o que hoje não ocorre mais. Então, antes de pensar nessas três escolas, o que que a gente pensa? Qual é o nosso projeto para as escolas diretas da rede municipal? E acho que para finalizar também a questão da discussão do próprio IDEB, recentemente fizemos a discussão dos dados da prova São Paulo e vimos que no ano de 2025 houve uma queda desses índices em toda a cidade e somos levados a refletir olhando para a escola, mas eu queria fazer o movimento inverso também, olhando para a secretaria. E neste período tivemos em 2025 uma série de políticas que foram imediatistas. Exemplo: Chega um material em agosto para ser aplicado até o final do ano. E talvez o problema sejam os diretores, então tira-se da cartola um curso de reciclagem, que os tira da escola. Entendo que a maior rede municipal do Brasil, não pode viver de imediatismos. Ela precisa de um plano, de um projeto e da valorização dos profissionais que estão nessa rede há mais de 30, 20 anos e merecem ser valorizados. Obrigada. **Maciel Nascimento, SINDSEP** – Permitam-me me retirar da posição de coordenação do Fórum neste momento e assumir aqui o meu papel de representação dos servidores públicos municipais pelo Sindicato dos Servidores Municipais, o Sindsep. É superimportante e agradeço a presença do Secretário, porque a partir do momento que temos abertura para a escuta do contraditório, podemos aprimorar a qualidade da educação pública. Municipal e olhar de fato para as questões que estão colocadas estabelecendo outros experimentos, como por exemplo, olhar para a nossa rede e diagnosticar onde precisamos acertar e ir desenvolvendo este processo de aprimoramento. Me chamou atenção na fala do secretário duas questões: a necessidade de poder fazer esse experimento e a palavra insumos teve um grande destaque na apresentação. E o pior é a justificativa nas entrelinhas, como por exemplo, baratear o gasto com os insumos no campo da educação e a questão dos profissionais. Difícil encontrar saídas adequadas para a educação quando tenho coo diretriz baratear alguns processos, ratificando a ideia de educação como gasto e não como investimento. Pois do contrário, veríamos o quanto é importante olhar a nossa rede pública, que de fato é muito bacana, tem projetos, tem ações, tem desenvolvido as duras penas, muitas coisas legais, sem a necessidade de estabelecer qualquer processo de terceirizar a responsabilidade da secretaria para terceiros. E na questão dos profissionais celetistas, qual o salário, quais os direitos. A OSC cumprirá o Piso recém-publicado pelo governo federal? Qual é a garantia do profissional que vai ser contratado em relação ao salário? Vai ser diferenciado na nossa rede? Vai seguir o mesmo padrão. Terá alguma chance, inclusive de poder criar dentro dessa OSC condições melhores de trabalho, uma

carreira? Pois se estivermos criando ilhas de excelência na cidade de São Paulo, isso não será bom para a educação paulistana. Basta verificar o exemplo do Liceu Coração de Jesus, onde crianças dormiram em uma unidade educacional e acordaram em outra para cobrir uma necessidade que não era da rede, era do liceu para não deixar de existir. Então, me parece que de novo a SME abre espaços para tentar abarcar a corresponsabilização de terceiros no processo de educação. Eu fiquei muito assustado com a questão das metas, são muitas. Eu fico me perguntando quando é que a OSC vai conseguir pensar a educação com todas essas metas para cumprir? Como o fazer pedagógico se desenvolve com tudo isso que está listado enquanto metas para se cumprir? Porque são metas que não ferem diretamente a entidade, a OSC. Tem a ver com os trabalhadores que estão lá, ó. dá-lhe chicote para cumprir meta. E sem reclamar, porque as relações de trabalho são precarizadas. Bobeou é demissão! Então, não dá para olhar para essa proposta com bons olhos. Precisamos olhar para esses três equipamentos que estão sendo construídos, lindamente construídos, em locais tão necessários pra cidade de São Paulo, lá na periferia e olhar pro nosso quadro de pessoal, olhar pros concursos que estão vigentes, complementar esse quadro para essas escolas e falar: "Prefeitura de São Paulo tá entregando mais três escolas públicas diretas, garantindo dinheiro público pra escola pública". Não precisamos de uma OSC "sem fins lucrativos", até porque não conheço empresa que não preveja lucros e basta acompanhar as ações do Baccarelli nos novos CEUs inaugurados e perceber que estes equipamentos perderam o brilho. Talvez o Heliópolis ainda se sobressaia por esforço da própria comunidade local. Perdemos o brilho dos céus da cidade de São Paulo a partir da instituição e da corresponsabilização com uma outra entidade que não a própria prefeitura. E quero finalizar, destacando uma das metas que está relacionada à nota de satisfação da comunidade. Secretário, se eu quero de fato fazer com que uma proposta seja bem-vista pela sociedade, eu invisto nela. Então, essas três escolas terão investimento e muito investimento e muita mídia, porque se eu tenho intenção de ampliar, é lógico que eu tenho que dizer que deu certo. E ela pode até dar certo, não tem problema. Ela pode até funcionar, o que eu acho muito difícil da forma como ela está estabelecida. Mas se a Prefeitura tem um setor eficiente, essa é a Comunicação, não à toa em ano eleitoral, o orçamento está muito bem alimentado nesta área. Está se formando um oásis na educação da cidade e a exemplo com o que ocorre na educação infantil, estará aberta a temporada silenciosa de transferência das crianças da rede direta para a OSC, ou rede parceira, mesmo de forma involuntária. Então, Secretário, importante pensar o quanto esses trabalhadores sofrerão assédio para o cumprimento das metas porque sabemos o quanto as profissionais da rede parceira são obrigadas a se calar diante dos desmandos de algumas mantenedoras. Além de atuar por horas extensas com as crianças precisam seguir o que imposto pela entidade, seja ela confessional ou não. Chamar a atenção para a grande rotatividade que teremos também nesta "experiência" em detrimento a importância do vínculo com os alunos e família. Por fim, reafirmar os princípios do Plano Municipal de Educação que não dialoga com essa terceirização e já que vamos iniciar um novo debate sobre ele, sustentar a importância de cumprir o que está no PME, o qual tem vigência até setembro de 2027. Existe um plano nessa cidade e nesse plano não está prevista essa forma de atuação da prefeitura. Então, finalizo pedindo respeito ao Plano Municipal de Educação da cidade de São Paulo. Uma legislação construída com muito esforço e debate que será

reformada nos próximos meses. Obrigado. **Secretário Samuel Ralize** - Obrigado pelas manifestações. Eu vou tentar fazer uma fala endereçando todas as questões. Se faltar alguma coisa, fiquem à vontade e depois respondo especificamente, por favor. Em relação a experimentar. Por que testar, por que fazer esse teste? Uma coisa que o secretário titular, o Padula, costuma responder, é por que não fazer isso? O Liceu foi citado pelo Maciel como uma referência, um bom caso de exemplo. É um pouco diferente, apesar de ser também uma parceria, ele tem um arranjo diferente, é um termo de fomento. A gente não fez um chamamento público para estabelecer a parceria com o Liceu. A gente fez a coisa de uma forma um pouco menos planejada, menos delongada no planejamento do que a gente tá propondo fazer agora. E a gente aprendeu com o processo de relacionamento institucional e as atividades pedagógicas do Liceu. Incorporamos esses aprendizados aqui na nova proposta. E, por outro lado, o Liceu tem 80% de satisfação entre a comunidade escolar, entre os as famílias e tem índices de aprendizagem na prova São Paulo, que são muito superiores à média da rede. Isso e a prova São Paulo não é uma avaliação externa, isso é digno de nota. Então, não que a gente tenha que seguir somente índice do IDEP como único norte possível, mas ele é um indicador importante. Precisamos refletir sobre o que este índice está querendo dizer, pois o termômetro não mede todas as condições do organismo, mas ele mede a temperatura. E a temperatura é um indicador importante da saúde do indivíduo. Claro, eu fiz uma metáfora organicista aqui, mas acho que vocês entenderam onde quero chegar. O índice também importa para em conjunto com outras variáveis mostrar como está indo à qualidade da educação da rede, da escola, da cidade, do país. E olhando para os índices do Liceu, temos bons índices. O que que leva a esses índices? Como é a rotatividade de profissionais do liceu? Como é a rotatividade de profissionais de uma escola municipal de ensino fundamental regular? Nossa preocupação é não ter uma rotatividade alta, é medir um ambiente saudável, de convivência adequado para os profissionais. Se isso não for respeitado, isso vai ser um problema para essa parceria. Sabemos que empresas privadas que seguem o chamado lucro, serve para gerar lucro, tem esse problema. É meta, e meta é cumprir resultado a qualquer custo e tem uma rotatividade alta ou tem o índice de adoecimento muito alto ou os dois. Não queremos reproduzir essa lógica nessas três localidades. Muito se falou sobre metas. Meta é uma linguagem empresarial, assim como, missão, visão, valores. A gente vai divulgar nosso planejamento estratégico. Isso responde algumas perguntas e provocações que foram feitas. Isso tá expresso no nosso planejamento estratégico, que apesar de falar nossa missão, visão e valores não se quer com isso se apresentar como uma empresa ou como seguindo uma lógica empresarial, mas a gente precisa declarar para a população, para vocês, para todos nós, o que queremos servir nos próximos 4 anos. O que se quer fazer e qual missão. Como a gente quer ser visto daqui a 4 anos? Essa é a visão. Quais são os valores? Aquilo que não abrimos mão para chegar a essa visão. Esses são os nossos valores. Então, a gente precisa declarar quais são os nossos objetivos, nossas metas, porque é preciso planejar. Isso não é uma coisa empresarial necessariamente. Sistemas de aferição de metas e desempenho de servidores públicos é uma coisa que está na Constituição, que que tá na reforma do Estado, vem de muito antes de mim e de todos nós. A sociedade paulistana, a sociedade brasileira espera que o estado, que as prefeituras cumpram os seus objetivos, pactuem objetivos, pactuem entregas. Por isso, em 2008, esta casa aprovou a emenda que colocou na lei orgânica o programa de metas. Então, a prefeitura já tem programa de metas desde 2008. As metas da Secretaria de

Educação estão lá no programa de metas e entre as metas estão resultados de aprendizagem que servem para toda a rede, não é só para uma parte da rede. Lá tem também questões no nosso planejamento estratégico, que também tem as nossas metas desdobradas do programa de metas, também tem um aspecto de saúde dos servidores, também tem um aspecto de qualidade e bem-estar. A gente também tem iniciativas em andamento, já respondendo também a outras perguntas, para garantir saúde mental dos nossos servidores. Muito se falou nos últimos dias sobre os readaptados, sobre a JEIF, sobre licenças médicas. A gente está olhando para isso também. A quantidade de coisas que a gente olha ao mesmo tempo é tão incrível, mas esperamos que neste ano de 2026 possamos entregar aos professores, quadro de apoio e gestores e em geral, para os nossos estudantes, o nosso plano de qualidade e bem-estar que está sendo desenhado, está sendo gestado há muito tempo e não conseguimos soltar no final do ano por uma questão burocrática do nosso parceiro, por estamos tentando com uma universidade pública. Mas vamos tentar resolver. Também olhando para isso em relação a concursos e temos os pedidos de, inclusive o vereador veio ontem falar sobre isso, outros vereadores semana passada vieram falar sobre isso também. a gente tá sempre às ordens para conversar, mas a gente tem os nossos concursos em andamento, nossos pedidos de concurso de professor de fundamental um, fundamental dois, já estão instruídos em tramitação. Pedido de concurso de diretor, coordenador, supervisor já existem, já estão tramitando. pedido de nomeação, autorização de nomeação de professor de educação infantil, auxiliar técnico de educação, já estão tramitando, estão na secretaria de gestão esperando parecer favorável para seguir adiante. Vocês afirmaram que essas escolas vão ter investimento e a comunidade vai gostar porque elas vão ser vitrine. Queremos que todas as nossas escolas sejam vitrines. Não tem previsão de parceirizar todas as escolas. Como eu disse no início, isso aqui não é um experimento para expandir para todas as 600, mas nas outras 600 tem aí um plano de trocar telhado, de rever estrutura, de reformar. Tem um orçamento esse ano aprovado nesta casa legislativa, no qual agradeço aqui o vereador, e todos os seus 54 companheiros, em ter um orçamento de 1 bilhão e 400 milhões em projetos e investimentos na secretaria. E apesar de um tanto disso já ter siso congelado, vamos batalhar pelo descongelamento, mas esse esses bilhões vão se tornar reformas, requalificações, ampliações das nossas 600 escolas de ensino fundamental, obras de novas escolas. Inclusive CEUs, pois licitamos seis equipamentos com a SIURB, os quais serão pela gestão direta. São céus que não são PPP, são céus implantados diretamente e as obras já estão começando. Aprovamos o plano orçamentário para começar as obras desses seis céus. Vamos ter financiamento federal para dois desses céus e financiamento do BNDS, que foi aprovado, que a gente batalhou no final do ano e conseguimos 50 milhões de reais do governo federal do BNDS para implantar dois céus em São Paulo. Então, não estamos deixando de olhar e para nada disso. Talvez esteja sendo insuficiente na velocidade, mas não na responsabilidade, mas a gente nunca deixou de olhar para isso. A SME está cuidando de demanda escolar, de transporte escolar, de um monte de coisa. Na área pedagógica toda a equipe está em envolvida.
Ricardo Pinto – Mandato Luna Zaratini - Boa noite todos e todas. Eu sou o professor Ricardo Pinto, represento aqui o mandato da vereadora Luna Zaratini, sou coordenador pedagógico e professor da nossa rede. E, secretário Samuel, seja bem-vindo. É muito bom ouvi-lo. É sempre bom a gente ter o poder público dialogando conosco. Eu necessariamente não sei se tenho perguntas para um projeto como esse. Não é o

projeto que gostaria como educador estar discutindo, porque eu fui aluno de escola pública, sou professor de escola pública, nunca paguei, tive a felicidade de nunca ter pagado um centavo para estudar. Isso é um privilégio que tive, mas eu vejo que nos últimos anos alguns setores da sociedade têm tido algum problema com a universalização da educação básica. Eu não vejo mérito em o Liceu ter tido notas excelentes. Eu vejo que isso é muito ruim para secretaria porque nós temos outras escolas. Os investimentos que são feitos em uma não são feitos nas outras e com isso cria-se ilhas de fantasia. Para uns é dada toda a condição possível para que se faça o brigadeiro, tudo de excelência, e para outros, nem os ingredientes, mas se obriga que o brigadeiro público seja melhor que do empreendedor. É isso que nós estamos pensando para a sociedade e propondo para as pessoas. Não somos contra a construção das escolas. Escola tem que ser construída mesmo para dar mais conforto para os alunos, porque nós temos escolas que estão superlotadas para dar mais conforto e segurança para os profissionais poderem trabalhar. Então, tem que ser construído as escolas, mas as escolas não vêm. Mas para piloto vem. E piloto nós sabemos o que que é piloto. Piloto você faz um teste e vamos avançar. Piloto é isso. Não se trata de outra coisa. Agora, se eu defendo a gestão democrática, como foi colocado aqui pelo senhor nesse momento, como é que eu respeito a gestão democrática, que eu já venho com uma organização social na gestão da escola pública. Pode não ser privado, a gente pode fazer uma discussão sobre o público privado. Se eu for no boteco da esquina, eu estou entrando no espaço público, apesar de ser todo privado, é espaço público, porque vai receber a mim, a você, qualquer um, negros, brancos, enfim. Então eu quero também discutir isso, que que público que é esse que nós estamos discutindo quando a gestão deixa de ser pública e ela não é pública, porque nós estaremos atacando diretamente o servidor público e o serviço público. É isso que se trata. Quando você tira uma gestão pública, você está falando que essa gestão não serve, que essa gestão não presta. Quem sabe com outro modelo eu consiga fazer uma escola talvez melhor com a propaganda, porque você vai passar pra sociedade, olha como se nós fizermos assim na gestão, tudo pode melhorar porque vai ter algum aporte financeiro. Eu me lembro que no estado recentemente teve essa discussão que separou não sei quantas escolas para enfiar dinheiro público. Ainda bem que o sindicato conseguiu reverter, colocar dinheiro público e faria dois modelos de gestão dentro do estado de São Paulo. Aquela que tem as regalias, que recebem um aporte financeiro, que vai trabalhar com uma gestão em ONG e a outra que vai ficar da mesma maneira, sem ter a formação necessária, sem ter os investimentos necessários, sem ter a preocupação necessária. E quando nós falamos dos funcionários, então nós estamos falando de quê? Quando a gente não trabalha com a humanização, eu não senti o nessa apresentação, não sei a maioria dos senhores aqui, mas faltou muito de humanização. Eu não vi escola sendo discutida muita aqui. Por isso que eu falo que eu não tenho perguntas a ser feita, porque eu venho de escola pública, e eu estou a 60 anos batalhando dentro de escola e eu não consigo ver a escola aqui. O concurso público é fundamental. Eu não consigo enxergar uma gestão de escola pública sem ter servidor público e sem concurso público. Porque eu acredito que os concursados, todos os profissionais concursados, eles passaram por testes até pela meritocracia que eu vejo que no final aqui é o objetivo. E isso é meritocracia também. Eu sou aprovado em concurso público porque o meu trabalho pode ser ineficiente perante a uma ONG que pode aparecer apresentando números ou ideia de números que podem ser superiores aos meus. Tem que ver a realidade da minha escola, tem que

validar o do meu território. As coisas não são assim tão simples e tão fáceis como a gente pode ver numa empresa privada, numa empresa a qual eu seja dono ou numa ONG que indiretamente, vamos dizer assim, que seja é social, mas a gente sabe como é que estão as UBSs e UPAs, e tudo acontece internamente e na relação com o público. Funciona muito porcamente. Sabemos a quem serve este tipo de gestão. Mas gostaria do senhor já analisaram as causas da rotatividade na rede direta que o senhor apresentou para nós dentro nas nossas escolas. Qual é o motivo dessa rotatividade? Existe alguma avaliação? A gente sabe em que contexto que essas faltas ocorrem e os sindicatos têm estudos importantes sobre a saúde dos profissionais, as péssimas condições de trabalho, o desaparecimento desses profissionais e essa tal rotatividade que tudo isso causa. Basta ouví-los! Precisamos avaliar isto e analisar por que o IDEB é tão baixo como foi apontado. Qual é o motivo e de quem é a culpa disso? Será do profissional. Será que é o profissional da educação que é o culpado? Será que é sobre isto que está sendo proposto nestas 03 unidades? É tudo que queremos saber por que não consigo entender uma escola que não seja humanizadora, uma escola que não preste atenção primeiro no ser humano, porque ela é composta de seres humanos, tanto os profissionais que estão lá como o público que nós atendemos, somos todos seres humanos. Se você não leva em consideração isso, você não constrói escola. Experiência de melhorar teve outras. Eu me lembro que eu era mais jovem quando entrei tinha escola padrão. Vamos construir escola de excelência. Várias oportunidades vieram, criaram, tiveram algum sucesso? Tiveram para poucos. Então a gente começa a construir exclusão. E exclusão não é o objetivo da educação. Pode rimar, mas não vai funcionar. É isso. Obrigado. **Silvia, Coletivo Paulo Freire -** Eu sou Silvia, estou representando o coletivo Paulo Freire como suplente do colega aqui Luiz. E acho muito bom esse momento. Agradeço toda a apresentação, poder estar aqui. Só de podermos falar em educação, já é um grande avanço, numa sociedade que menospreza tanto a educação de todo mundo. Venho aqui trazer um pouco o olhar de espanto e dúvidas. Porque eu fiquei muito tempo na educação municipal, fui gestora por 12 anos e fui gestora de uma escola com 2100 alunos. E não é fácil, como o senhor disse, é tudo bem difícil. Então a escola vai ter 540 alunos. Inclusive acho que é o ideal realmente para se pensar a qualidade, e é por isso que concordo com os colegas que trouxeram todas essas questões, e a ideia de ilha da fantasia. Precisamos ter os pés no chão. Como que a gente vai fazer teste com verba pública, teste com seres humanos. Estamos falando de alunos, de crianças, que já tem tão pouco que a gente sabe. Eu passei por muitas escolas que as crianças só tinham as escolas, só tinham aquele espaço para ficar, para serem felizes. E como o último colega trouxe a questão da humanização, da formação desses profissionais que vão ser contratados, a gente sabe da formação dos nossos colegas. Acho que tem que ser justo para todo mundo, para a empresa, para privado, para o público. Eu acho que a formação é muito importante, mas me assusta. Então eu quero trazer aqui, na verdade, uma reflexão, um olhar de espanto, porque a gente não pode mais andar para trás. Eu acho que não dá mais pra ficar brincando de fazer a escola. Então eu penso a questão da democratização da gestão e da escola, eu acho que é um assunto sério. O colega trouxe também isso, implementar um projeto político pedagógico democrático numa escola não é coisa simples. E a gente sabe que quem vai ser prejudicado serão os alunos e a sociedade. Então eu venho aqui para refletir, pensar sobre isso e trago essas dúvidas. Como que vai ser a implementação desse projeto político pedagógico? Como que a gente vai fazer um teste com seres humanos, um teste com a verba pública e por que

não ir atrás então desses projetos maravilhosos que a gente tem na prefeitura e ficar como projeto piloto para expandir para todo mundo. Já tem coisa maravilhosa sendo feita. Então assim, eu acho que não dá para fazer teste. Vamos naquilo que está bom. E tem coisas boas, né? o senhor deve conhecer, obviamente, como todo mundo que tá aqui, que tem coisas maravilhosas. Então, assim, não para o teste, sim para os projetos pilotos que já são de qualidade e os profissionais que merecem, essa valorização. Obrigada. Luis Felipe, Coletivo Paulo Freire - Boa noite. Para quem não me conhece, eu sou o professor Luís Felipe, atualmente vice-diretor de uma escola do estado. Estou representando, assim como a Silvia, o coletivo Paulo Freire. Fui contemplado por todas as falas, então vou ser muito breve. Não existe gestão democrática quando você pode demitir quem discorda de você. Isso é básico. A Revolução Francesa já tinha aprendido isso. Só existe democracia se ninguém puder comprar a vontade da outra pessoa, o voto da outra pessoa. E é isso que acontece em escolas particulares, por exemplo. E está dentro da regra do jogo. A legislação permite que um diretor não goste do trabalho ali por motivos pessoais e ele vai conseguir demitir aquela pessoa. Você só consegue a gestão democrática se eu, como funcionário público, tenho a liberdade de uma reunião e falar: "Olha, diretora, eu acho que você compreendeu a legislação de uma outra de outra maneira. Eu acho que talvez você esteja pedindo alguma coisa que está fora um pouquinho da legislação atual. Se você não tem essa liberdade, você não tem gestão democrática. E é isso que acontece em qualquer órgão, aparato do Estado, que seja gestão compartilhada. É isso que acontece nos postos de saúde. Eu já fui conselheiro de um hospital do Mandaqui, é o maior hospital da zona norte, que só perde para o hospital cachoeirinha na Brasilândia. E assim, os representantes da OSC, trabalhadores, mas representantes da OSC, rezavam a cartilha, estavam ali no conselho para defender os interesses não dos enfermeiros, dos médicos ou dos outros funcionários. Estavam ali para defender os interesses da OSC, que por mais que não vise o lucro, tem interesses. Não entrou na disputa do orçamento público à toa. E aí sobre a disputa do orçamento público, que eu acho que a gente tem que realmente ver quanto dinheiro vai para isso, será que o custo aluno desse projeto será o mesmo do custo aluno de todas as outras escolas municipais? Porque isso vai revelar o interesse desse projeto piloto. Com relação à disputa do orçamento público, vocês têm que compreender o nosso pessimismo ao observar essa proposta vindo de uma gestão que tem sérios problemas com creches e ONGs vindo de outras cidades a administrar creches aqui em São Paulo, tirando as ONGs tradicionais enraizadas da comunidade, em disputas sim, numa simples e básica canetada, troca-se de ONGs, especialmente, em épocas eleitorais, onde as denúncias dessas ONGs incentivando os seus funcionários a determinados candidatos. Isso já aconteceu em várias gestões, não estou dizendo que é algo específico, mas essas denúncias foram reais, existiram provas. Quero lembrar que Prefeito disse que não foi privatização o que aconteceu nos cemitérios e não foi concessão, mas a gente viu no que deu: precisamos de um juiz do Supremo Federal para barrar os interesses dessas OSC, que acabam tendo muita força política, até porque não são escolhidas à toa. Então eu acho que essas coisas não é uma pergunta, são mais questionamentos gerais e é um pouco essa a minha contribuição. Muito obrigado. **Bonfim, APEOESP** - Boa noite. Meu nome é Bonfim e represento a APEOESP. Sou professor da rede estadual, aposentado, faço parte da diretoria da APEOESP. Secretário, uma coisa me chamou atenção: no estado quando algum projeto vai ser implementado ficamos sabendo na véspera. Não dá tempo de fazer o debate, organizar as coisas. Mas a impressão que me dá é que existe

um projeto do estado de São Paulo contra a educação. Nós brigamos muito nos últimos tempos, em especial por conta da municipalização. O que me chama atenção é também a região do Jaraguá, Parada de Taipas. Foram municipalizadas algumas escolas. Agora, o que o município tá fazendo agora nessa mesma região? Está privatizando. Então existe um projeto do governo do estado, o que dá a entender, e da prefeitura contra a educação. No estado nós temos a municipalização, a escola integral, nós não somos contra a educação integral, somos contra a escola integral. São coisas diferentes. O que tem no estado de São Paulo é escola integral. Nós temos a militarização na região da Brasilândia, no extremo da periferia. Eu não entendo. São coisas que não dá para entender. Percebe-se que é um projeto aonde tá a humanidade das Secretarias, porque a partir do momento que as escolas se tornam escola integral, ela fecha o noturno, bem como a militarização. Na região de Parada de Taipas existe uma escola do estado para atender os alunos que estudam, que trabalham durante o dia, que precisa da escola. Eram 18 escolas na região entre Pirituba, Parada de Taipas, Jaraguá, e Brasilândia, hoje tem uma escola somente. Então, está claro que tem um projeto, e as escolas não têm as melhores notas nas avaliações por conta da privatização e não adianta usar o pseudônimo de parceria porque é privatização disfarçada, secretário, com outra roupa. A gente conhece muito bem esse tipo de coisa. Sabemos como que acontece isso. É privatização, sim. Qual o motivo? O que que acontece com o estado de São Paulo? O que os governantes desse estado têm contra a educação? Obrigado. **Márcio Vidal, Mandato Vereador Celso Giannazzi** - Boa noite à mesa, senhor secretário e aos meus colegas da educação. Sou professor Márcio, sou professor de língua portuguesa da rede municipal, também fui professor da rede estadual durante muitos anos e atualmente estou aqui colaborando com o mandato do vereador Celso Giannasi e acompanhando diariamente as questões da educação, que são as questões que lidam não só com o meu trabalho, mas com a minha escolha de vida profissional e anotei algumas coisinhas. Para implementar esse modelo porque não pegaram as escolas municipalizadas com os prédios caindo aos pedaços para que fossem consertadas e fazer esses resultados dentro desse espaço e capenga, caindo aos pedaços. Tem escolas com quadras interditadas há anos, com muros escorados há quase uma década. Vou dar o exemplo da EMEF Dilermando, na Lapa. Os alunos têm que dar a volta para entrar. Porque não pegaram essa unidade para mostrar que eles conseguem atingir resultados nesses espaços, e ao contrário querem espaços novos, lindos, maravilhosos e entregues. Quero ver se teremos um balanço qualitativo para saber se realmente são os profissionais, a gestão escolar ou se o meio interfere. E pelo quadro de funcionários, dá para ver que tem um secretário, dois auxiliares administrativos. Isso é um sonho pra escola pública. A gente briga diariamente para ter dois ou três Coordenadores Pedagógicos numa escola com 2.000 alunos. Enquanto essas escolas com menos alunos terão, aparentemente mais funcionários no administrativo. E pelo que está descrito dá a entender que é só para não ter servidor público, secretário, porque se todo o resto é igual, é só para não ter servidor público. Que seleção será essa para os profissionais? Porque nós que somos efetivos para entrar na rede, nós estudamos o currículo, estudamos a legislação, a legislação municipal, estadual, federal e prestamos uma prova e dentro de alguns conhecimentos básicos a gente entra e depois se aprofunda no currículo. Um professor contratado, ele só vai na com diploma e se inscreve. Essa é a grande dificuldade que a administração terá, você não precisa ter nenhuma leitura sobre a rede municipal. Esses funcionários só se inscrevem, fazem uma classificação e são

contratados. Qual é o critério dessas contratações, vai ter um concurso interno, onde os outros profissionais vão poder participar? Como criar uma escola em que os servidores não podem se remover, sendo que a remoção é uma questão legal. E uma outra coisa que eu anotei aqui é que o serviço de saúde prova que a parceria não resolve absolutamente nada. A saúde está 90% na mão das parceiras das OSCs e faltam médicos. Um exame leva 2 anos para ser realizado. Ou seja, cadê os resultados, por exemplo, da saúde? Nas UBSs faltam o básico e possui uma psicóloga para 500.000 habitantes, né? E pediatras, geriatras, quase não existem, enfim, psiquiatras e tudo mais. Portanto não dá para dizer que a privatização vai suprir as necessidades da educação e nem as questões dos profissionais, como carga horária de trabalho, por exemplo e nada disso foi descrito, se vai seguir, se é tudo igual, vai seguir os parâmetros salariais, o professor vai ganhar o mesmo? Em relação ao custo, se uma escola básica hoje custa uns, vou supor que sejam R$ 100.000. Só um exemplo, a OSC vai receber 300.000. Então assim, queremos saber os números para saber quanto que vai ser investido e esse investimento não vai para a rede direta para resolver problemas que já existem. Sobre a estrutura física, os engenheiros se sentaram com educadores para pensar esses espaços, porque se você pensar nos céus novos, a educação infantil são espaços endurecidos e reduzidos. Não existe sala minimamente transitável, é corpo atrás de corpo, nuca atrás de nuca. E como se transforma esse espaço? A gente precisa que esses prédios tenham a participação dos educadores para pensar esses espaços pedagógicos, porque o espaço físico e vou dar um exemplo, a escola estadual Amélia Kerk, que fica lá no fundão da M Boi Mirim, no Jardim Vera Cruz. É uma escola estadual exatamente igual a uma unidade da Fundação Casa. As salas são celas e o corredor é igual o prédio da Fundação Casa da Raposa Tavares, ou seja, são espaços endurecidos e não pedagógicos. E por isso que é importante pensar com os educadores sobre espaços físicos, mas eu acho que o mais importante, e ainda dou a sugestão, pegar os prédios mais velhos e começar por eles e quero ver essas três OSCs atingirem resultados. **Secretário Samuel Ralize** - Lembrei dois pontos que eu queria falar e eles foram lembrados aqui também nas últimas falas, então fica mais fácil. O primeiro deles era sobre a consulta pública que foi realizada em 10 dias usando o Participe Mais e em janeiro, não houve uma escolha deliberada, tipo: vamos fazer durante o período de férias, porque a participação vai ser menor. Não, em absoluto. Isso não passou pela minha cabeça, nem pela da nossa equipe. Inclusive nos surpreendeu muito positivamente o número de participações, de contribuições, pois foram mais de 2.300. E como contraponto, ao mesmo tempo em que essa consulta estava acontecendo, estavam acontecendo outras tantas consultas da Secretaria Municipal de Cultura também no Participe Mais e eu acho que não chegou a 150, 120 as outras consultas, cada uma, individualmente. A Casa Civil mantém essa plataforma que é o portal oficial da participação social para todos os processos no município. Inclusive o orçamento cidadão, que eu tive a felicidade de conduzir ali por alguns anos na fazenda, e posso afirmar que nunca teve uma participação tão grande em tão pouco tempo. O orçamento cidadão suou nos últimos 2, 3 anos para chegar a dois 2.000 participações num período muito maior. E nós, em 10 dias tivemos muita contribuição. E aí uma das críticas que a gente recebeu foi: "Ah, mas o questionário está tendencioso, vocês não estão de fato consultando a população?" Bom, eram três perguntas, vocês não precisavam responder todas as três, podia ser só uma ou duas ou todas elas, podiam responder mais de uma vez e era campo aberto. Então, a gente recebeu um monte de contribuições do tipo: "Sou contra este projeto, este projeto não deve prosperar". E

tudo isso vai ser levado em consideração na nossa análise. E, do ponto de vista da escuta, isso é uma evidência bastante forte de que ela aconteceu. Pode acontecer mais, claro, sempre pode acontecer mais, mas ela aconteceu em boa medida nesses 10 dias em janeiro. Apesar inclusive da lei 1319, que a gente usa como marco para a esse termo, esse eventual chamamento, esse termo de parceria, não exigir consulta ou audiência pública. A gente achou fundamental fazer um processo de consulta, de escuta e de diálogo, como estamos aqui hoje fazendo. Em relação ao orçamento, e salvo engano, e os números estão nos documentos lá no site. Então está acessível, dá para consultar. Mas salvo engano, se a minha memória não me trai, o custo aluno por ano é o mesmo, no máximo no mesmo do custo aluno por ano da rede direta, que estava em torno de 12.000 e pode ser que o número não esteja muito preciso, mas a referência foi justamente essa. O custo por aluno tem que ser no máximo o mesmo. Idealmente tem que ser rigorosamente o mesmo do custo aluno da rede direta. Não podemos investir menos e nem mais, porque a ideia é que essas são escolas públicas integrantes na mesma rede. Em relação a como os professores vão ser selecionados. A formação mínima deles tem que ser a graduação, assim como é no caso da rede direta, se vai ter concurso público interno, concurso próprio da OSC ou não, isso vai fazer parte das propostas de cada uma. Quando abrirmos o chamamento, se chegar esse dia, vamos poder ter OSCs que digam: "Ah, eu vou lançar as vagas no portal de empregos na internet ou eu vou fazer um concurso, vou fazer um processo seletivo simplificado, vou contratar uma banca terceirizada". Não sei. Isso faz parte da proposta e assim como vai ser feito o projeto político pedagógico, como vai ser feita determinada questão, sendo que tudo isso vai fazer parte de um conjunto de documentos a serem analisados e avaliados. Sobre as metas, parecem muitas, mas não estão descoladas da educação. Para avaliar aprendizagem, precisaremos de algum indicador objetivo de avaliar aprendizagem. Precisamos de um verificador independente para ver a estado da limpeza e já temos isso na rede direta, os fiscais de contrato, a gente já terceiriza o serviço de limpeza e manutenção. Quando a escola está suja e a empresa está paga, a escola continua suja com insumos. E quando eu falo insumos, é produto de limpeza, papel higiênico, papel caneta, fita adesiva, essas coisas são de má qualidade. O fiscal do contrato vai lá e apena, vai lá e aplica uma penalidade. Isso já existe na rede direta. A questão é, esse conjunto de atividades não vai ser feito por um servidor público, vai ser feito pela OSC. E não estamos falando de baratear, e sim de manter o valor por aluno como referência. A educação aqui não é uma mercadoria, e certamente não é uma mercadoria barata. Não estamos comprando educação, e sim investindo em educação num arranjo diferente. Claro, problemas acontecem em outras políticas públicas. A saúde tem problemas. Serviço funerário, que no caso não é uma OSC, mas uma concessionária também, assim como é a concessionária do Ibirapuera ou dos próprios céus que foram lançados agora ano passado. E tem outra lógica, precisamos aprender com esses problemas. A Secretaria de Educação e a própria SPP são obrigadas a aprender com esses com esses casos em que as coisas não dão certo e a não pode ter compromisso com erro. Se sabemos que determinado tipo de cláusula de edital, de dispositivo não dá certo, tem que fazer diferente na próxima vez. Em relação às escolas municipalizadas, temos 50 escolas trazidas do estado, 25 no ano passado e 25 no ano retrasado e as condições nos surpreenderam bastante para dizer de forma sucinta. Estamos investindo há muito tempo, muito esforço, muito recurso público para requalificar essas escolas. As escolas passaram a ter o PTRF, que é o nosso programa de

transferência de recursos financeiros e muitas delas, ainda não todas elas, mas várias, pelo menos em 2024 receberam reformas completas, troca de telhado, nem todas receberam troca de telhado ainda, mas troca de telhado, reforma estrutural, essas questões de escolas que tem muro escorado, parede escorada, teto escorado, a escolas estão no orçamento desse ano priorizando as que estão em mais mal estado para que elas fiquem em condições adequadas, nada menos que adequadas para funcionar, porque sabemos as condições físicas, o entorno, a vizinhança, a saúde, a família, tudo isso importa para a aprendizagem. Quando falamos de qualificar ou requalificar ou aprimorar os conhecimentos dos diretores, não está querendo dizer que o diretor é o culpado ou a culpada pelo baixo índice de aprendizagem da escola. Mas sim, que o diretor é responsável por um grande conjunto de atividades de cunho pedagógico, de gestão de equipe, de gestão administrativa. E nessas 25 escolas, estamos vendo que em condições muito similares a outras escolas do entorno, estão apresentando um desempenho muito diferente. O que tá acontecendo? Vamos trazer esses diretores para conversar, rede formando rede, para conversar, para formar, para refletir, para discutir, para fazer um plano de trabalho. E neste ano vai ver esse plano sendo implementado por cada um dos 24 diretores que participaram do processo formativo. Enfim, estamos coletando, anotando todas as impressões, todas as ressalvas, todas as preocupações. Não buscamos fazer algo mascarado. Trouxe a equipe para a gente poder ouvir as colocações, as sugestões, as críticas. e vamos sistematizá-las. Podemos aprimorar esse projeto e continuar debatendo, porque eu tenho certeza de que serei convidado para voltar à Câmara muito em breve. E sempre que for convidado, eu ou nossa equipe ou meu chefe, vamos atender o convite. Se ficou faltando alguma coisa, peço desculpas, mas fiquem à vontade para encaminhar por meio do fórum ou por meio de correio eletrônico que responderemos. Agradeço mais uma vez a oportunidade de dialogar aqui com vocês. Obrigado. **Maciel -** O Fórum é quem agradece, esse é um momento raro e por ser essa é a primeira apresentação da proposta a um público, em especial contradito a proposta, mas é importante que façamos as conversas e diálogos. São vários posicionamentos apresentados, assim como também posicionamentos já escritos na nota pública do fórum, e entendendo a importância da manifestação das entidades sobre o que pensa a sociedade civil, a sociedade educacional que compõe o fórum, que apesar de ser um espaço diverso, já que é composto não só por entidades, mas também pelo poder público e ainda assim, conseguimos dialogar de forma bastante tranquila em relação a vários pontos, haja visto a realização da conferência municipal de 2023, onde o anseio e o que estava sendo proposto pela população acabou sendo abarcado no relatório final, independente da gente ser uma composição, que tem aqui também a representação das diretorias regionais, que também é poder público, a representação das diretorias da Secretaria Municipal de Educação, que também é poder público, mas a gente consegue dialogar de uma forma bastante firme e potente nessa questão. Agradecer muito essa coragem e a ousadia em estrear 2026 dialogando diretamente com quem assina as decisões. É muito importante quem tem o poder da caneta, possa nos ouvir e que possamos ter outros momentos como esse. Não vou abusar em trazer questões sindicais como a efetivação das propostas construídas no GT do Quadro de Apoio, o pagamento do PDE em fevereiro, Descongela já e sobre este último item, o Fórum de Entidades já será recebido pela Secretária de Gestão no próximo dia 05. Temos ainda o encaminhamento que é a leitura da nossa nota. E aí a gente discute, debate, se mantém ela como está. E quero aqui abrir espaço para as considerações do secretário e

quero mais uma vez agradecer. **Secretário Samuel Ralize -** Vou me retirar para vocês ficarem mais à vontade ao elaborar a nota do fórum. Só quero mencionar que o nosso planejamento estratégico já estava sendo elaborado pela própria equipe e eu fui positivamente surpreendido pelos resultados que viemos construindo ao longo do processo, porque primeiro não foi feito por uma consultoria estrangeira ou externa à prefeitura. Ele foi feito por servidores da Secretaria Municipal de Educação somente e contou com o processo de escuta de mais de 2.000 pessoas que trabalham na nossa rede, professores, quadro de apoio, gestores e pessoas que estão nas coordenadorias, nas 13 DREs e não só o gabinete, contou com grupo focal formado por pessoas de diferentes regiões da cidade para saber onde estamos acertando, o que falta, o que precisa. A infraestrutura e a saúde mental e as licenças médicas e tudo mais. Chegamos a um conjunto de ações estratégicas desdobradas a partir de metas de objetivos que queremos alcançar nos próximos 4 anos. E esses objetivos foram propostos por essas pelo coletivo dessas 2.000 pessoas, além de um processo de um questionário que circulou em todas as DREs, que foi muito mais do que isso também que participou. Então, nos próximos dias, isso vai ser divulgado em pílulas aí para todo mundo, para toda a rede e para toda a população, por meio das nossas redes sociais, do nosso site, enfim. E eu convido todo mundo a conferir o nosso planejamento, porque ele não é o planejamento do Samuel, não é o planejamento do Padula, ele é o planejamento de um enorme coletivo de pessoas que se debruçou de verdade em trazer a baila os problemas, o elefante branco, o bode na sala, para falar de fato do que temos feito para ser uma rede que cuida mais das pessoas, dos estudantes, dos servidores, dos professores, dos terceirizados, enfim, de todo mundo e que atinge os objetivos e aprendizagem, que garante o bem-estar para toda a comunidade, com gestão democrática, com transparência. Então, estamos verdadeiramente abertos a receber opiniões, críticas, sugestões. Contem sempre conosco e sempre que convidarem estaremos aqui. **Maciel Nascimento** - Obrigado, secretário e queremos ter acesso a este planejamento estratégico. Importante encaminhar às entidades. aguardar o acesso a esse planejamento. Estou entendendo que não vamos conseguir entrar na próxima pauta. Debora, podemos seguir direto para a aprovação da pauta e levamos a análise do PME para as próximas reuniões, dar continuidade na questão do PME. E ao mesmo tempo encaminhar a reunião das Comissão de Acompanhamento do PME com as 04 instancias para elaboração da normativa do PME nas Rede que está previsto para março e abril, pois não podemos iniciar este debate e não discutir com a nossa rede. João poderia fazer a leitura da Nota Pública do Fórum. Após a leitura é aberto aos presentes para considerações, agradecendo a Lucy Duró, da ABRAPEE por ter feito o esboço inicial, lembrando que foi uma construção coletiva com as contribuições que foram feitas lá no Google Drive. Então a gente teve aí a contribuição já de várias entidades nesse processo. Proposta de envio de ofício ao Conselho Municipal de Educação para que possam se posicionar por serem uma proposta que altera o processo educacional e é função do CME trazer alguma leitura sobre esses impactos. **Maria Lucia, APASE** - O Secretário me pareceu bastante emocionado ao afirmar que uma rede municipal com mais de 1 milhão de alunos, uma consulta pública de 2000 respostas foi significativa. Gostaria de propor que a nota indicasse a reabertura do processo de consulta, pois é uma vergonha considerar esse resultado. É só uma sugestão. **Maciel,** apresenta posicionamento contrário, por discordar da proposta de privatização e da metodologia de consulta que em detrimento de uma Audiência Pública que poderia envolver a grande maioria da

comunidade educacional, inclusive cobrando posicionamento das instancias, não só como o Conselho, mas Ministério Público e Tribunal de Contas, por exemplo. Proposta que garantiu o consenso, mas ainda assim foi solicitada a inclusão sobre a questão dos números apresentados afirmando o fracasso do processo de consulta pública. Convidando para a próxima reunião em 3 de março e lembrando que as entidades têm até o dia 15 de fevereiro, para preencherem a atualização do cadastro e indicação sobre qual câmara técnica irá sendo reforçado por e-mail e grupo de WhatsApp para aprofundar o debate sobre o que se quer em cada eixo do PNE/PME. Não discutimos o calendário de reuniões porque já temos a habitualidade de nos reunirmos na primeira terça de cada mês e que talvez possamos chamar algumas extraordinárias, mas as entidades serão consultadas. Boa noite a todos e todas. Segue a ATA lavrada por mim, Maciel Nascimento, Coordenador da Comissão de Monitoramento e Sistematização pelo Fórum Municipal de Educação da cidade de São Paulo.

ANEXO I

NOTA PÚBLICA 01/26

"Nunes abre consulta pública para privatização de escolas."
Folha de S.Paulo - https://www1.folha.uol.com.br/educacao › 2026/01

O Fórum Municipal de Educação da cidade de São Paulo, instituído pela Portaria n.º 3.098, de 22 de maio de 2013, composto por representantes de órgãos públicos, sindicatos, autarquias, entidades e movimentos sociais, pautado nos princípios de democratização da gestão e a qualidade social da educação, através de seus representados, manifesta sua preocupação e repúdio à iniciativa da Prefeitura de São Paulo de transferir a gestão de unidades escolares da rede municipal à iniciativa privada.

A educação pública constitui um direito social fundamental e um dever indelegável do Estado. Qualquer medida que implique a concessão ou terceirização da gestão escolar compromete princípios constitucionais como a universalidade do acesso, a gestão democrática, a transparência na aplicação dos recursos públicos e a responsabilidade do poder público sobre o projeto pedagógico da escola.

O Fórum entende que a adoção de modelos de gestão privada para escolas públicas representa um grave risco à concepção de educação como política pública, abrindo espaço para a fragmentação da rede, a precarização das relações de trabalho e o enfraquecimento do controle social sobre a política educacional.

Ressaltamos que decisões dessa natureza não podem ser tomadas sem amplo debate público, sem a escuta das comunidades escolares e sem a participação efetiva das instâncias de controle social, entre elas o Conselho Municipal de Educação e este Fórum.

Diante da gravidade desta proposição apresentada, e por representar sérios riscos à escola pública, aos profissionais da educação da Rede Pública Municipal de São Paulo, à gestão democrática e à autonomia das escolas, **o FME vem reiterar sua posição contrária a toda e qualquer tentativa de privatizar a escola pública.**

Fórum Municipal de Educação
FMESP
Cidade de São Paulo

Diante disso, **o FME reivindica a suspensão imediata de qualquer iniciativa de concessão ou privatização da gestão de escolas públicas municipais; e solicita, com urgência, o posicionamento formal do Conselho Municipal de Educação sobre os impactos pedagógicos, administrativos e sociais dessa medida.**

Entendemos que o formato de consulta pública implementado durante o período de recesso escolar, **não pode ser considerado legítimo espaço democrático de escuta da sociedade educacional**, em especial pelos ínfimos números de acesso frente ao que representa a rede municipal de educação da cidade de São Paulo.

O Fórum reafirma seu compromisso com as diretrizes do Plano Municipal de Educação e com os princípios da educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada.

Defendemos dinheiro público para a escola pública como espaço de formação humana, de construção democrática e de garantia de direitos.

Fórum Municipal de Educação da cidade de São Paulo - FMESP